

O sítio arqueológico do Enterreiro, Castro Marim

* UNIARQ –
Centro de Arqueologia
da Universidade de
Lisboa

Carlos Pereira*
Ana Margarida Arruda*

Resumo Durante os trabalhos de acompanhamento da obra de restauro e requalificação do Forte de São Sebastião, em Castro Marim, foi identificado, em 2007, um sítio arqueológico que apresenta particularidades que permitem discutir a sua funcionalidade. Trata-se do Enterreiro, implantado à cota 0, na margem do Esteiro da Lezíria, braço do Guadiana. Um conjunto significativo de materiais arqueológicos foi recolhido na água salgada que enche as salinas que existem neste local, alguns dos quais apresentam um excelente estado de conservação, parecendo encontrar-se *in situ*. A localização, a implantação e a boa preservação de parte do espólio podem indicar a existência de uma área portuária, que os materiais indicam ter estado em funcionamento, sobretudo, na segunda metade do século I. Este presumível fundeadouro não pode assim relacionar-se com a ocupação humana do cabeço onde se encontra o forte seiscentista, mas sim com aquela que se detetou na colina do Castelo.

Abstract During the monitoring of the reconstruction of São Sebastião Fort, in Castro Marim, it was identified an archaeological site, Enterreiro. This site, located on the banks of a tributary stream of the Guadiana River, offered a significant number of archaeological materials collected in the water which fills the saline. The location and the implantation, joined with the excellent preservation of part of the archaeological set, may indicate the existence of a harbor, operating mainly in the second half of the first century A.D. Although this presumed anchorage can't be related to the human occupation of the fort hill, it may be linked to the one detected in Castle Hill.

1. Introdução

Durante os anos de 2006 e 2007, tivemos a oportunidade de acompanhar os trabalhos de recuperação e reconstrução do forte militar de São Sebastião, na vila algarvia de Cas-

tro Marim. Este trabalho, além de obrigar ao acompanhamento e à “fiscalização” da obra propriamente dita, tinha como objetivo conseguir uma leitura histórico-funcional do edifício, o que foi concretizado através da consulta de documentação em arquivo e da realização

de sondagens de diagnóstico e da escavação seletiva de determinadas áreas (Arruda & Pereira, 2008). Para que a análise pudesse ser a mais exaustiva possível, pareceu então também importante efetuar prospeções em torno de toda a cerca seiscentista.

Os últimos trabalhos foram, precisamente, aqueles que permitiram a identificação de um sítio arqueológico inédito, associado às ocupações romanas já identificadas em Castro Marim, quer no cabeço onde se implanta o forte quer na colina do Castelo. Entre o primeiro e o Enterreiro, localizado junto do esteiro das Lezírias, pudemos reconhecer abundantes materiais arqueológicos que permitem defender que ambos estavam, de alguma forma, relacionados. São esses materiais que agora se dão à estampa, sendo de realçar, desde já, o surpreendentemente bom estado de conservação de alguns deles, apesar de a abertura de salinas nessa área ter afetado, consideravelmente, os vestígios arqueológicos.

Apesar de o conjunto cerâmico não constituir uma novidade absoluta, tanto do ponto de vista morfológico, como no que diz respeito à cronologia ou ao fabrico, pareceu importante a sua divulgação, uma vez que vários elementos permitem avançar, ainda que com reservas, uma funcionalidade concreta. Não é improvável que se trate de um pequeno embarcadouro, em funcionamento entre o final da República e o Alto Império, mas, naturalmente, somente trabalhos de escavação poderão vir a esclarecer devidamente a realidade aqui detetada. De facto, outras possibilidades podem ser levantadas para os vestígios encontrados no Enterreiro, nomeadamente uma área de habitação localizada na margem do rio. Porém, a elevada presença de materiais bem conservados, concentrados numa área específica, parece apoiar a primeira hipótese.

Refira-se ainda a total ausência de construções associadas a estes materiais, o que parece apoiar esta leitura, apesar de algumas, escassas, régulas terem sido também identificadas.

2. O sítio

O sítio do Enterreiro, com as coordenadas UTM 61245.3871 - 272327.3723, localiza-se em Castro Marim, distrito de Faro (Fig. 1). Tem uma altitude média de 1,63 m. Geologicamente,

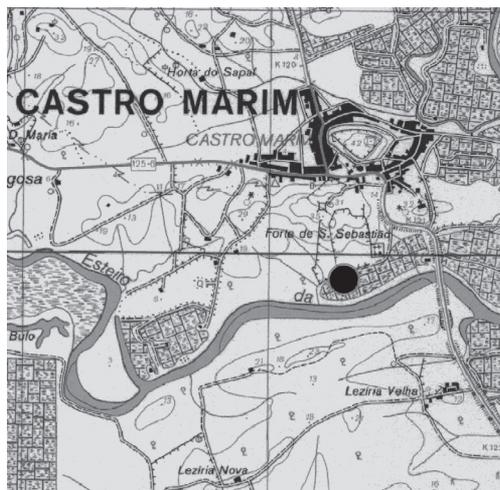


Fig. 1 – Localização do sítio do Enterreiro, Castro Marim.



Fig. 2 – Aspeto geral da área de dispersão de materiais com a localização do Forte de São Sebastião (ao fundo) e do local de maior concentração de artefactos.

	Número de Fragmentos
Ânforas	4
Cer. Campaniense	1
Cer. de Paredes Finas	22
Terra Sigillata	6
Cer. Comum	16
Artefactos Metálicos	2
Materiais de Construção	3
Total	54

Fig. 3 – Distribuição dos artefactos recolhidos pelas distintas categorias cerâmicas identificadas.

insere-se numa zona de depósitos do quaternário, entre os xistos do maciço antigo, a norte, e os calcários lacustres do oligoceno e as rochas eruptivas da orla, a oeste.

Implanta-se num pequeno vale em forma de U, localizado a 500 m para sul do Forte de São Sebastião, mais exactamente no sopé do cabeço onde o edifício militar se estabeleceu, e na margem norte de um pequeno braço do Rio Guadiana, o Esteiro das Lezírias.

Como já referimos na *Introdução*, durante os trabalhos de acompanhamento e escavação efetuados no âmbito da recuperação do Forte de São Sebastião tivemos oportunidade de prospear também as suas áreas envolventes, tendo sido verificado que na vertente sul da elevação existia uma considerável dispersão de materiais (50 m²). No entanto, foi no Enter-

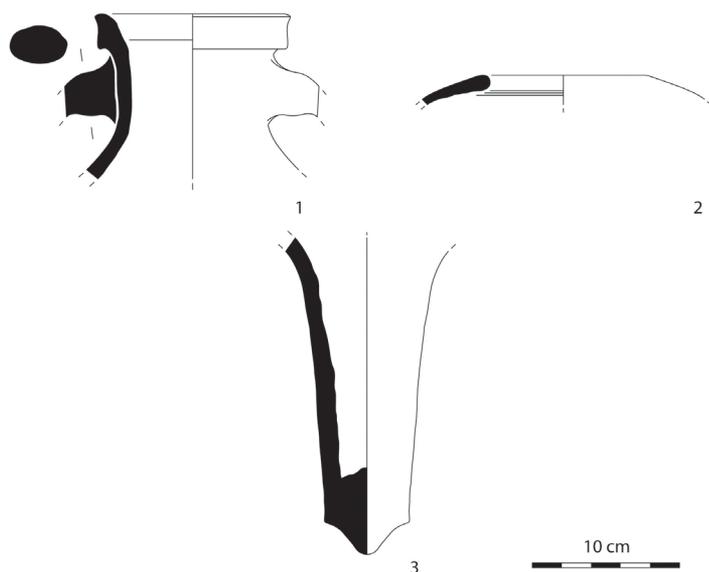


Fig. 4 – Ânforas: Tripolitana Antiga (1), Castro Marim 1 (2), Dressel 14 (3).

reio, junto à margem do Esteiro, que pudemos comprovar uma maior quantidade de materiais arqueológicos (Fig. 2), situação que pode ter sido potenciada pela abertura de salinas, que, aliás, revelam, nos cortes, uma grande quantidade e variedade de materiais arqueológicos, quer na morfologia quer na cronologia.

Não se detetaram no local quaisquer tipos de estruturas, ainda que tenham sido recolhidos materiais de construção, concretamente tégulas, que se concentram nos cortes das salinas.

3. Os materiais

O conjunto em estudo é constituído por um total de 52 fragmentos cerâmicos, recolhidos à superfície durante os trabalhos de prospeção, tendo sido possível proceder à classificação de 27. A variedade tipológica e cronológica é grande, ainda que todos eles sejam integráveis na Época Romana.

Deve desde já referir-se que, no que se refere ao estado de conservação, a realidade apresenta considerável diversidade, notando-se a presença de peças bastante completas (algumas com cerca de 50% da dimensão total), a par de outras reduzidas a pequenos fragmentos.

As tipologias utilizadas foram eleitas pela sua atualidade ou por se revelarem as mais completas, variando consoante as categorias cerâmicas aqui objeto de análise.

No que diz respeito aos paralelos, e sempre que foi possível, decidimos estabelecê-los com

o Castelo de Castro Marim e, pela sua proximidade, com o Forte de São Sebastião. No último caso, infelizmente os trabalhos arqueológicos recentes não permitiram detetar muitos contextos conservados, mas, ainda assim, foi recolhido um abundante conjunto de materiais que permitiram chegar a algumas conclusões acerca da sua ocupação antiga (Arruda & Pereira, 2008).

3.1. As ânforas

No Enterreiro, foram recolhidos quatro fragmentos de ânforas, dos quais foi possível representar graficamente três (Fig. 4). Destas, identificámos um bordo e parte do colo de uma de tipo Tripolitana Antiga, um bordo de uma de tipo Castro Marim 1, um fundo que pode ter integrado uma Dressel 14 e um outro que pertenceu a uma Haltern 70.

O bordo e colo que incluímos no grupo das designadas “tripolitanas antigas” (Pascual & Ribera, 2002) apresentam as principais características morfológicas destes contentores (Fig. 4, n.º 1), que vêm sendo gradualmente reconhecidos desde as primeiras identificações efetuadas por Beltrán (1976) nos acampamentos militares republicanos de Numância e Cáceres. A pasta (castanha com numerosos pontos brancos) e o engobe esbranquiçado que cobre a superfície externa não ajudam a um reconhecimento imediato do exato local de origem, contudo, seguramente, norte africano (Bizacena, Tripolitânia, Cartago/Tunes). Este tipo específico de ânfora, não sendo particularmente abundante no território atualmente português, foi reconhecido no Algarve, justamente no Castelo de Castro Marim (Viegas, 2011), mas também no Monte Molião (Sousa & Serra, 2006; Arruda & Sousa, 2012) e ainda no Baixo Alentejo, concretamente em Mesas do Castelinho (Parreira, 2009). Os sítios da região central do território atualmente português são, apesar de tudo, mais fartos no que diz respeito a estes achados, apesar de serem sempre numericamente pouco significativos nos conjuntos, como são os casos de Lisboa e Chões de Alompé (Pimenta, 2005), Santarém (Almeida & Arruda, 2005; Bargão, 2006) e Lomba do Canho (Fabião, 1989). A cronologia dos contextos em que foram recuperadas Tripolitanas Antigas em alguns dos sítios anteriormente citados centra-se nos dois últimos quartéis do século II a.n.e.,

e apenas Mesas do Castelinho permite avançar uma datação da segunda metade do século seguinte para a sua circulação. O facto de no forte de São Sebastião a ocupação republicana ter sido datada de finais do século II a.n.e., e de parecer claro que entre esta e a do Enterreiro terá havido uma evidente relação, deve ser tido em consideração.

O exemplar de tipo Castro Marim 1 (Fig. 4, n.º 2), modelo anfórico de tradição punizante (Arruda & alii, 2005, p. 283; Bargão & Arruda, no prelo), apresenta as sobejamente conhecidas características destes contentores denominados com o nome epónimo do sítio onde foi inicialmente reconhecido (Arruda & alii, 2005, p. 283; Bargão & Arruda, no prelo). É certo que apresenta afinidade com outras formas já conhecidas, como é o caso dos tipos 5.2.3.1 ou 5.2.1.2 de Ramon Torres (1995), mas a sua inclusão nesses tipos parece desajustada. Além de Castro Marim, onde foi identificado quer no Castelo (Arruda & alii, 2005) quer no Forte (Arruda & Pereira, 2008), este tipo de ânforas, destinadas provavelmente ao transporte de preparados de peixe, foi ainda identificado em Monte Molião, Lagos (Arruda & Sousa, 2012), onde apareceu um exemplar com *tituli picti*, e também em Faro (Arruda & alii, 2005), mas igualmente em Santarém (Arruda & alii, 2005) e em outros sítios do estuário do Tejo (Bargão & Arruda, no prelo). No Algarve, surge em quantidades apreciáveis, datado entre as últimas décadas do século II e meados do I a.C.

O fundo, alto, oco, troncocónico, com a extremidade a terminar em forma de botão e com uma esfera de argila no interior (Fig. 4, n.º 3), deve ter pertencido a uma Dressel 14 de produção sadina. De facto, quer as características morfológicas quer a pasta indicam essa mesma origem, situação que deve ser realçada justamente pela excepcionalidade que representa. Com efeito, as importações de produtos alimentares oriundos da Lusitânia ocidental no Algarve são raríssimas no Alto Império e apenas em Balsa se reconheceram cinco exemplares com esta origem (Viegas, 2011). Uma cronologia da 1.ª metade do século I parece a mais apropriada, tendo em consideração os dados estratigráficos dos centros oleiros de Abul (Mayet & Silva, 2002) e do Pinheiro (Mayet & Silva, 1998), por exemplo.

O fundo maciço e cónico recuperado no Enterreiro fez parte de uma ânfora de tipo Haltern 70 produzida no vale do Guadalquivir. Trata-se

de um tipo bem representado no Algarve, em estratos de cronologia júlio-cláudia no Castelo de Marim (Arruda & alii, 2006; Viegas, 2011), mas também em Faro, onde aliás se prolonga até à época Flávia (Viegas, 2011), e em Balsa, sobretudo entre Cláudio e os Flávios. Em Monte Molião, as Haltern 70 são também numerosas, em níveis do final do I milénio a.n.e., mas ainda nos que pudemos associar à ocupação augustana e mesmo flávia (Arruda & alii, 2006).

No Enterreiro, recolheram-se ainda dois fragmentos de bojos, que, apesar de não permitirem uma classificação tipológica precisa, não deixam dúvidas sobre a origem e a cronologia. Trata-se de ânforas vinárias, de origem itálica, mais especificamente da costa tirrénica. Podem ter feito parte de uma Dressel 1 ou de uma greco-itálica, contentores bem conhecidos em todos os sítios com ocupação republicana. Estas ânforas já estavam documentadas em Castro Marim, quer no Castelo (Viegas, 2011) quer no Forte (Arruda & Pereira, 2008).

3.2. A cerâmica campaniense

Nesta categoria, insere-se apenas um fragmento de bordo, do tipo A, recolhido junto ao corte de uma das salinas (Fig. 5). Referimo-nos a um bordo aplanado de tigela, correspondente à série 2970 de Morel (1981, p. 240), tipo Lamboglia 31 (1952), podendo-se aproximar do tipo 2973 ou 2974 do investigador francês. Ainda assim, e dada a falta de perfil completo, não arriscaremos uma proposta mais específica.

Cronologicamente, esta forma tem sido enquadrada entre a segunda metade do século II a.C. e a primeira da centúria seguinte, concordando, portanto, com a datação que vem sendo reconhecida nos restantes sítios onde foi identificada.

As tigelas desta categoria, que alcançam os meados do século I a.C., estão bem atestadas no atual território algarvio, nomeadamente no Castelo de Castro Marim (Viegas, 2011) e no Forte de São Sebastião (Arruda & Pereira, 2008). Efetivamente, a cerâmica campaniense de tipo A, juntamente com as produções calenas, alcançou o Extremo Ocidente peninsular, estando particularmente bem atestada durante o último quartel do século II a.n.e. e o primeiro do seguinte.

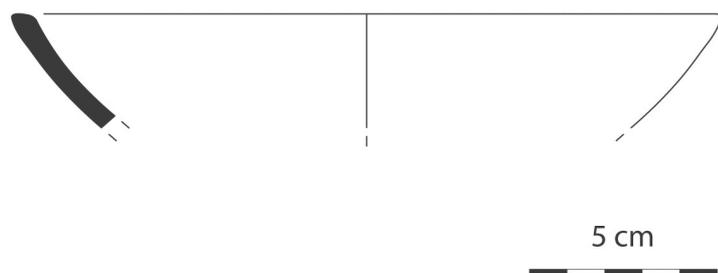


Fig. 5 – Cerâmica campaniense de tipo A.

3.3. A cerâmica de paredes finas

A cerâmica de paredes finas conta com um abundante número de fragmentos identificados, 22, ainda que nem todos tenham permitido classificação formal.

Não estranhámos que a quase totalidade das produções identificadas tenha origem no litoral da Bética. Recordamos a longa tradição comercial do extremo sul da Lusitânia com a área meridional espanhola, esta última assumindo-se, desde cedo, como o principal centro receptor e redistribuidor de produtos exógenos. De facto, entre o conjunto, apenas dois vasos apresentam características de fabrico que apontam para áreas exteriores à Bética.

Do ponto de vista morfológico o conjunto não é muito variado, havendo-se identificado um total de quatro formas distintas. As XXXVII e XXXVIII de Mayet (1975) são maioritárias. Incluímos dois fragmentos nas formas XXI e XXIV, ainda que estas classificações sejam feitas com reservas.

A primeira destas últimas está representada por um único exemplar, do qual restou apenas o bordo, exvertido e aplanado (Fig. 6, n.º 1). Esta forma, quando completa, possui um colo alto, vertical e ligeiramente exvertido na aproximação ao bordo, e corpo globular, que pode variar consideravelmente de dimensão. Embora lhe tenha sido atribuída uma origem maioritariamente itálica, foram reconhecidos centros produtores nas Baleares (Mínguez, 1991, pp. 85–86), concretamente em Ibiza (Fernández & Granados, 1986, pp. 53–54; López & Estarellas, 2002, p. 241), proveniência que deve ser tida em consideração para este exemplar do Enterreiro, atendendo às características da pasta, que apresenta tonalidades escuras, entre o castanho e o cinzento.

A dispersão desta forma está em acordo com a escassez de exemplares identificados, até ao momento, nos centros de consumo. Apenas gozamos de paralelos na Catalunha, Baleares e Anda-

luzia (Reinoso, 2004, p. 42), aos quais se havia somado já Santarém (Arruda & Sousa, 2003, p. 272) e a que devemos podermos juntar também o sul da Lusitânia, onde o tipo foi também documentado na cidade romana de Balsa, embora tenha aí sido classificado como cerâmica comum (Nolen, 1994, p. 143). Para este tipo, vem sendo aceite uma datação centrada na primeira metade do século I, datação que Passelac recuou ligeiramente na área lionesa (1993).

O fragmento de bordo que incluímos no tipo XXIV não permite a mesma segurança na sua classificação (Fig. 6, n.º 2), uma vez que apresenta consideráveis diferenças relativamente ao tradicional copo da tipologia que estamos a utilizar. Este tipo engloba copos altos, de bordo exvertido, por vezes em aba horizontal, e fundo estreito. Geralmente, ostenta uma asa de secção triangular na parte superior do corpo, assim como decoração vertical ou oblíqua, incisa a pente (Mayet, 1975, p. 58; Reinoso, 2002, p. 92).

Na Península Itálica, conhecem-se pelo menos dois grandes centros produtores que exportaram este tipo de peças. No entanto, a forma rapidamente foi reproduzida na Península Ibérica, na Catalunha e nas Baleares (Mayet, 1975, pp. 134–135). A sua identificação em Cádiz (Mayet, 1975, pp. 134–135) e em Asta, Jerez de la Frontera (Reinoso, 2002, p. 92), não permite assumir a sua produção nestes sítios. O exemplar do Enterreiro partilha com o que recolhemos na forma anterior, XXI, características de fabrico que os afastam da área produtora mais bem representada, a Bética. Contudo, a adscrição a um centro produtor em concreto não pode, como já anteriormente referimos, ser avançado. A Catalunha e as Baleares permanecem como meras possibilidades, não confirmadas em absoluto.

A sua maior difusão data dos meados do século I, podendo ser aceite para este fragmento uma cronologia balizada na segunda metade do mesmo século.

A forma XXXVII A de François Mayet (1975, p. 73) é uma das mais bem representadas no mundo romano alto-imperial, correspondendo a um tipo que alcança grande desenvolvimento na área peninsular. Por este motivo, não estranhámos que cedo se tenha apontado a área litoral da Bética como produtora destas peças (Bonsor, 1931; Comfort, 1939). A forma corresponde a uma taça hemisférica ou ligeiramente

carejada, ostentando um pequeno lábio aplanado, separado do corpo por um sulco profundo a partir do qual se desenvolve a decoração, que se estende até ao pé, ligeiramente, destacado (Fig. 6, n.º 3 a 6).

Das variadíssimas decorações que podem apresentar, as a barbotina foram as que alcançaram uma maior aceitação na generalidade das províncias do Império e muito especialmente na Hispânia (Mayet, 1975, pp. 152–157), confirmando-se uma maior concentração a Sul. Esta técnica permitia uma grande variedade de decorações, desde simples mamilos com distintos tamanhos a composições mais complexas e elaboradas. É possível que os quatro fragmentos incluíveis neste tipo ostentassem decoração aplicada segundo esta técnica. No entanto, apenas dois conservam ainda parte da decoração: um com folhas de água delimitadas por fleiras de pérolas, tanto na parte superior como na inferior (Fig. 6, n.º 3); o outro com reticulados desenhando losangos colocados longitudinalmente, formando frisos, mais ou menos espessos (Fig. 6, n.º 4).

A forma que tratamos foi especialmente hegemónica em momento centrado ao século I (Passetac, 1993, p. 519), a par da XXXVII B, esta com decoração incisa a buril ou impressa a rolo. Atendendo à sua produção e ao seu consumo massivos, e também das XXXVIII e XLII, é possível admitir que tenham mesmo alcançado a viragem do século I para o século II.

Também os tipos XXXVIII A e B de Mayet (1975, p. 73) foram identificados entre os materiais recolhidos no sítio do Enterreiro. A variante A conta com dois exemplares (Fig. 6, n.º 7 e 8), ambos decorados, enquanto a variante B está representada por um único fragmento (Fig. 6, n.º 9).

A primeira engloba taças carenadas largas e baixas, com o bordo aplanado separado do corpo por um sulco exterior. Possuem um pé ligeiramente destacado, compacto e côncavo, próximo do qual se prensaram dois sulcos paralelos. Por vezes é possível distinguir a união destes sulcos efetuados ainda na roda de oleiro e com a argila fresca. Geralmente, apresentam duas asas bifidas ovaladas, aplicadas no topo da peça, mas separadas do bordo. A decoração está quase sempre centrada na área entre o sulco que delimita o bordo e a carena, delimitada, ou não, por fleiras de pérolas ou pequenos mamilos.

A decoração, sempre aplicada a barbotina, pode ser diversa. A mais frequente é o reticulado definido por losangos colocados longitudinalmente formando frisos mais ou menos espessos. Outras existem, como é, aliás o caso de um exemplar do Enterreiro, que ostenta uma folha de palma alongada e bem definida que deveria estar ladeada por um conjunto de três folhas de águas com caules compridos (Fig. 6, n.º 7). Apoiamos esta proposta nos exemplares análogos e geograficamente próximos da cidade romana de Balsa (Nolen, 1994), que um de nós (C.P.) teve oportunidade de rever recentemente (Pereira, 2014).

A variante B, de que foi apenas reconhecido um único exemplar, distingue-se da anterior pela morfologia, porque se trata de peças mais altas e mais esguias, mantendo as restantes características (Reinoso, 2003, p. 101). A sua identificação no sítio algarvio tornou-se possível apenas devido à característica decoração, linhas verticais de pérolas ou mamilos realizados a barbotina (Fig. 6, n.º 9), que é a mais frequente nesta variante.

Por fim referimos ainda um fundo (Fig. 6, n.º 10) que poderá ter pertencido tanto às taças da forma XXXVII, como às da forma precedente.

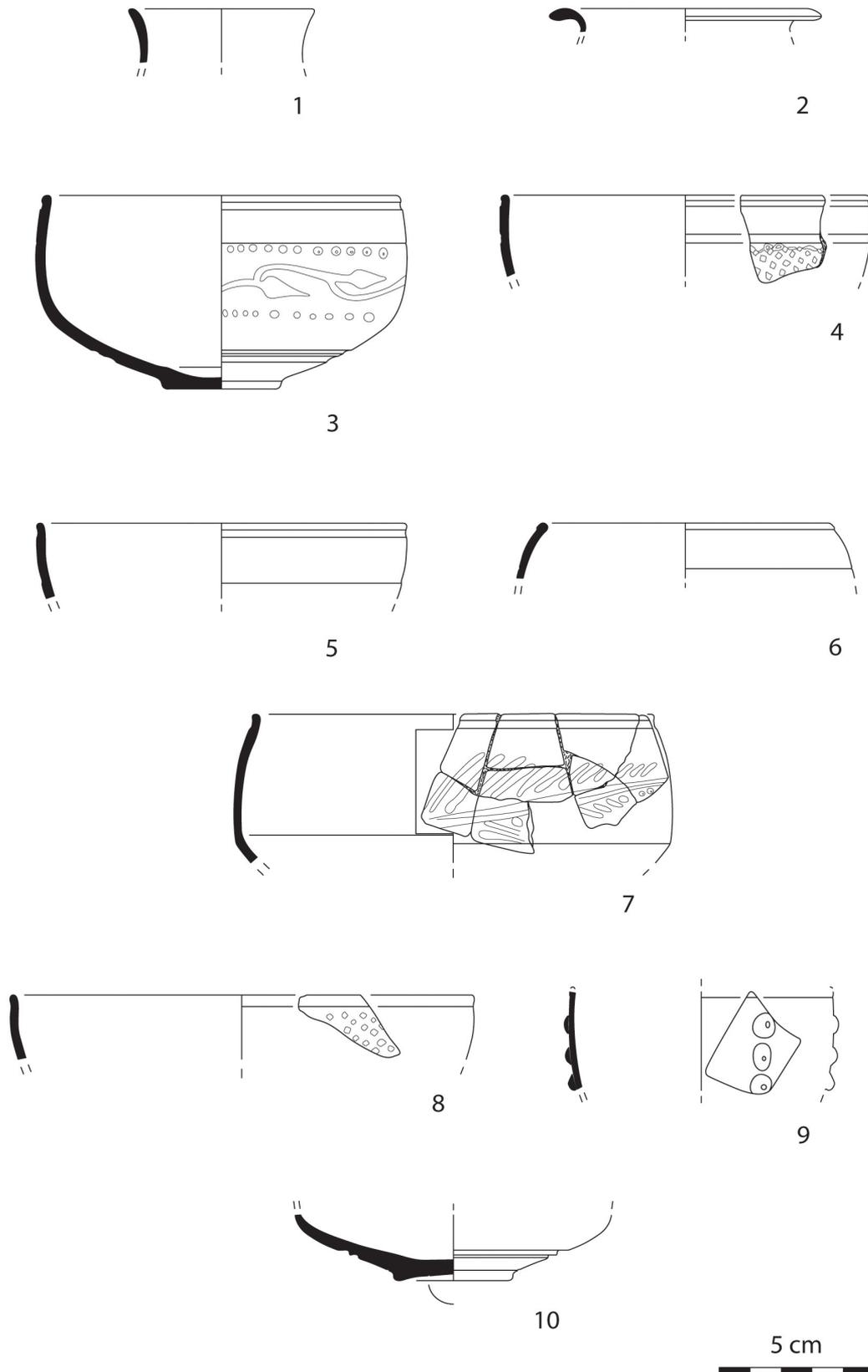
Quanto à produção, e como era expectável, todos estes exemplares das formas XXXVII e XXXVIII apresentam pastas ocre, depuradas, pulverulosas, cobertas por um engobe alaranjado, por vezes com reflexos metálicos. Uma origem bética é comumente aceite para estas produções.

3.4. A terra sigillata

A *terra sigillata* está representada por um total de seis fragmentos, mas apenas quatro permitiram representação gráfica. Quatro integram-se nas produções sudgálicas e dois nas hispânicas. Dos primeiros, um é decorado e os restantes três são lisos, sendo um destes marmoreado.

A peça decorada é um bojo que se inclui na forma Drag. 37 (Fig. 7). Trata-se de uma composição formada por grinalda ondulada, rematada por uma flor. No interior de um dos arcos formados pela grinalda, é visível uma ave que se apoia sobre imbricações em forma de escamas de pinha. O limite inferior da área decorada está marcado por grinalda de duas folhas. Apesar da impossibilidade de balizar, com exatidão, a cronologia de este fragmento, não

Fig. 6 – Cerâmica de paredes finas: Mayet XXI (1), Mayet XXIV (2), Mayet XXXVII (3 a 6), Mayet XXXVIII (7 a 9).



parece descabido ponderar sobre uma datação flávia, tendo em consideração, sobretudo, os motivos decorativos identificados e os paralelos existentes no Castelo de Castro Marim (Viegas, 2011, pp. 449–456).

Dois fragmentos de bordo (um dos quais marmoreado) parecem corresponder à forma Drag. 18 (Fig. 8, n.ºs 1 e 2). Trata-se de pratos de perfis baixos e largos de largo espectro cronológico, o que dificulta um enquadramento cronológico mais assertivo dos exemplares sem que tenhamos um contexto estratigráfico associado. Apesar disso, e para este tipo de prato, vem sendo aceite uma datação balizada entre meados do século I e as primeiras décadas da centúria seguinte, ainda que para o fragmento marmoreado devamos ter em atenção a cronologia proposta para este tipo específico de engobe 40/70. Corresponde a uma das formas mais abundantes nos sítios romanos com ocupação de idêntica cronologia, como é o caso de *Claudia Baelo*, *Balsa*, *Ossonoba*, *Miróbriga*, *Santarém* ou *Conímbriga* (Viegas, 2003, 2006, 2011). No Castelo de Castro Marim, é também percentualmente muito significativa (Viegas, 2011, p. 445).

O último corresponde à taça Dragendorff 27 (Fig. 8, n.º 3), a forma mais bem documentada no Castelo da Vila (Viegas, 2011, p. 445), bem como em praticamente todos os outros sítios peninsulares.

Quer os pratos Drag. 18 quer as taças da 27 têm um largo espectro cronológico, não sendo possível, no caso presente, adiantar muito sobre a datação concreta, uma vez que se trata de pequenos fragmentos que apresentam os vernizes consideravelmente deteriorados por motivos pós-deposicionais (ação da água salgada em que estiveram imersos). Contudo, e atendendo ao que se conhece do Castelo, não é improvável que tenham sido importados durante a época dos Flávios.

Dois outros fragmentos de bordo puderam ser classificados como de produção hispânica, sendo um deles, quase seguramente, da forma Drag. 27, e o outro inclassificável quanto à morfologia, ainda que possa com reservas incluir-se no mesmo tipo. Uma vez mais, é a taça mais bem representada no Castelo de Castro Marim, situação que se aproxima das realidades dos outros sítios importadores da área meridional da Península Ibérica.

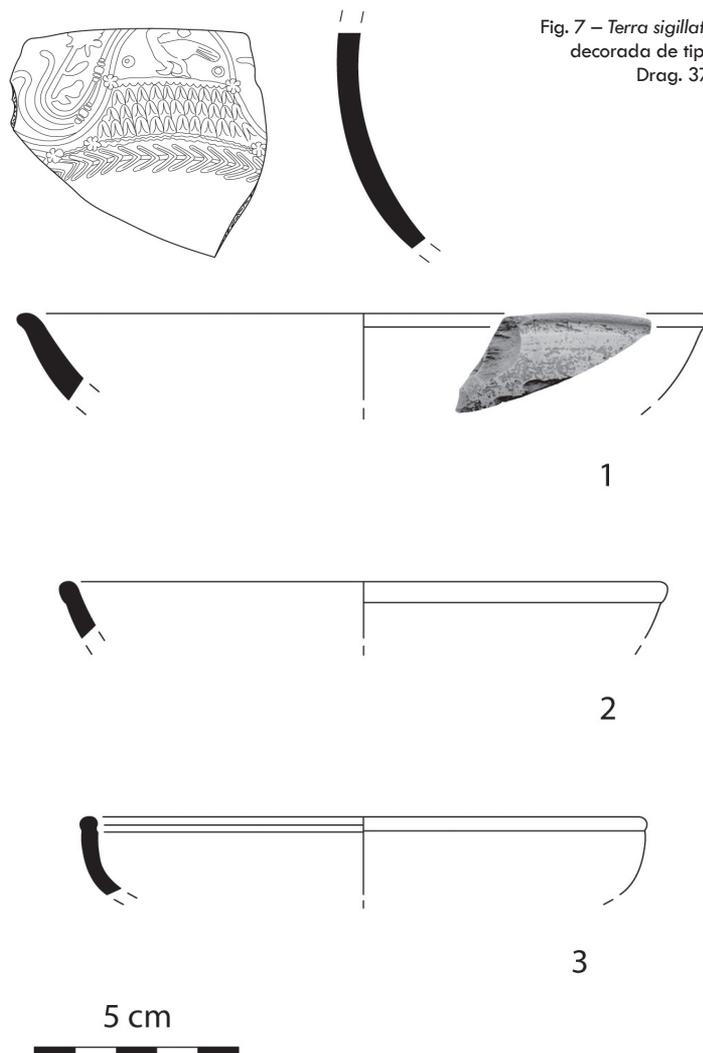


Fig. 7 – Terra sigillata decorada de tipo Drag. 37.

3.5. A cerâmica comum

Geralmente, a categoria mais bem representada nos sítios romanos é a cerâmica comum. Não é este o caso do sítio aqui em estudo, onde se contaram apenas 16 fragmentos (Fig. 9), devendo ter-se presente, contudo, que o conjunto de materiais aqui tratados é proveniente de trabalhos de prospeção.

Ao contrário das restantes categorias cerâmicas, expostas de acordo com as tipologias de referência, a cerâmica comum é aqui apresentada segundo critérios morfo-funcionais, dividindo-se o conjunto em duas grandes categorias: cerâmicas de mesa e cerâmicas de cozinha. Ainda assim, devemos lembrar que a plurifuncionalidade é uma característica por excelência de esta categoria cerâmica, que deveria ser utilizada nos

Fig. 8 – Terra sigillata: Drag. 18 (1 e 2), Drag. 27 (3).

mais variados âmbitos em contexto doméstico. As que podem ser consideradas de mesa incluem uma única taça, de bordo invertido e espessado internamente que parece imitar a forma Ritterling 8 de *terra sigillata* (Fig. 9, n.º 1), como foi proposto para São Cucufate para exemplar idêntico (Pinto, 1999, pp. 287–288). No sítio alentejano, esta forma foi datada do Alto Império, datação que assumimos também para o Enterreiro, por motivos variados, entre os quais se destaca a associação de materiais, e a total ausência de peças mais tardias. Uma análise macroscópica permite admitir para ela uma origem bética.

É também singular no conjunto o exemplar que classificámos como tigela (Fig. 9, n.º 2), que se insere nas típicas produções da costa Andaluza, sendo idêntica, nas características da pasta, à taça comentada no parágrafo anterior. Geralmente apresenta um bordo engrossado, e está bem documentada por todo o Algarve em contextos habitacionais do século I e primeira metade do século II. A tigela do Enterreiro apresenta, contudo, uma atípica inflexão a meio da parede, que permite inseri-la na forma III-A-4-a da tipologia elaborada para a cerâmica comum da *villa romana* de São Cucufate (Pinto, 1999, pp. 277–278). Esta variante foi individualizada, precisamente, pela presença de uma carena alta, e a sua predominância nos horizontes 3 e 4 da *villa* é assumida, ainda que já esteja presente no 1.º (*Ibidem*).

O fundo classificado corresponde, seguramente, a um prato aberto, sem que saibamos, contudo, como se desenvolviam as suas paredes e qual era a morfologia do bordo (Fig. 9, n.º 3). A tratar-se de um prato de bordo em aba pendente poderíamos atribuir-lhe uma datação alto-imperial. A pasta é aparentemente local, porosa, grosseira, com muitos elementos-não-plásticos e de tonalidade cinzenta. Cabe, assim, no que Catarina Viegas já definiu como “cerâmica comum de pasta cinzenta” de produção algarvia (Viegas, 2012).

Sendo os alguidares de uso maioritário na cozinha, também poderiam ser utilizados à mesa, concretamente para servir. No sítio do Enterreiro, foi possível identificar dois fragmentos de bordo que incluímos nesta forma (Fig. 9, n.ºs 4 e 5), ainda que a sua reduzida dimensão obrigue a que a classificação seja feita sob reserva. São morfologicamente distintos. Um oferece um bordo aplanado e exvertido, cujo diâmetro (27

cm) afasta a possibilidade de ter pertencido a um pote (n.º 4). Infelizmente, não podemos apresentar qualquer paralelo para esta peça, o que não acontece com o restante, que, com facilidade, se pode inserir nos alguidares de bordo voltado para o interior (n.º 5), forma V-A, da *villa romana* de São Cucufate (Pinto, 1999, pp. 347–350). Embora, como já referimos, seja sempre difícil atribuir uma datação às cerâmicas de uso comum quando desvirtuadas do seu contexto original, parece aceitável intuir uma cronologia idêntica àquela que vem sendo apontada para as restantes cerâmicas. Ambos tem características de fabrico que indiciam uma produção local ou regional.

Uma caçoila de bordo escalonado, com paredes ligeiramente arqueadas foi recolhida (Fig. 9, n.º 6). As características físicas da sua pasta são idênticas a um grupo de vasos recentemente sistematizado (Viegas, 2012), cuja origem pôde localizar-se no litoral do Sudoeste peninsular (Viegas, 2012). Os numerosos exemplares recolhidos em muitos sítios algarvios permitiram propor que o início da produção se tenha principiado a partir dos Flávios (Viegas, 2012).

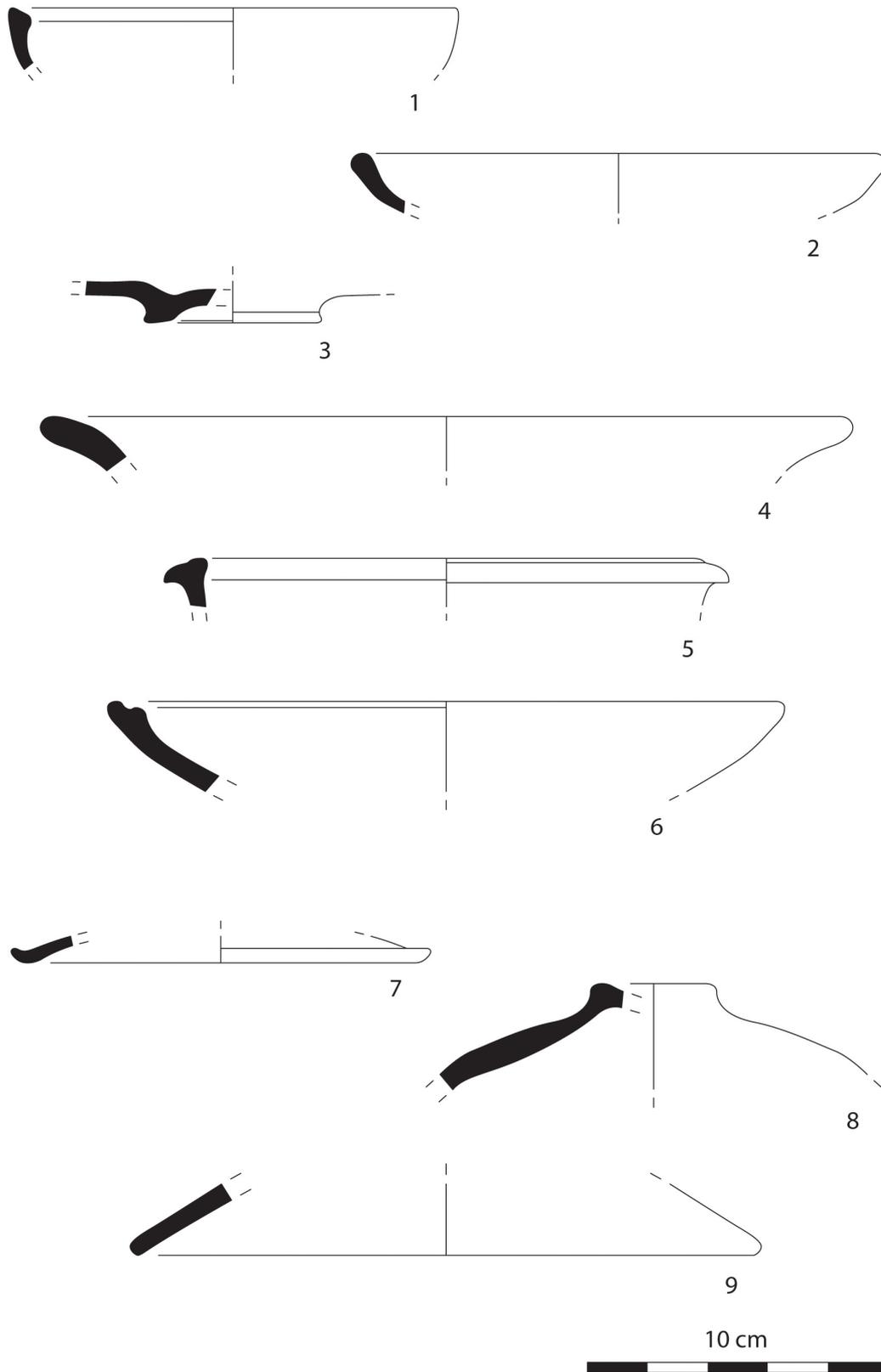
Resta referir a existência de uma tampa, de bordo em aba (Fig. 9, n.º 7), cuja utilização é difícil de datar, mas cujas características morfológicas apontam para a viragem da Era. Trata-se, em princípio, de uma produção local. Duas outras (Fig. 9, n.ºs 8 e 9), de pasta cinzenta, relacionam-se diretamente com a caçoila acima discutida e ainda, também ao nível da produção, com o fundo de prato já apresentado.

Não deixa de surpreender a total ausência no conjunto de formas fechadas para utilização culinária, geralmente de produção local/regional, que são habitualmente frequentes no Algarve (Arruda & Pereira, 2010), devendo, contudo, chamar-se a atenção para os fragmentos que se integram no chamado grupo da “cerâmica comum de pasta cinzenta” de produção algarvia (Viegas, 2012), incluindo uma das suas formas típicas: a caçoila.

3.6. A cerâmica de construção

No Enterreiro recolheram-se três fragmentos de *tegulae* (Fig. 10). Duas têm pastas calcárias com origem provável no litoral da Andaluzia ocidental. A outra oferece características que se inserem em produções locais/regionais.

Fig. 9 – Cerâmica comum.



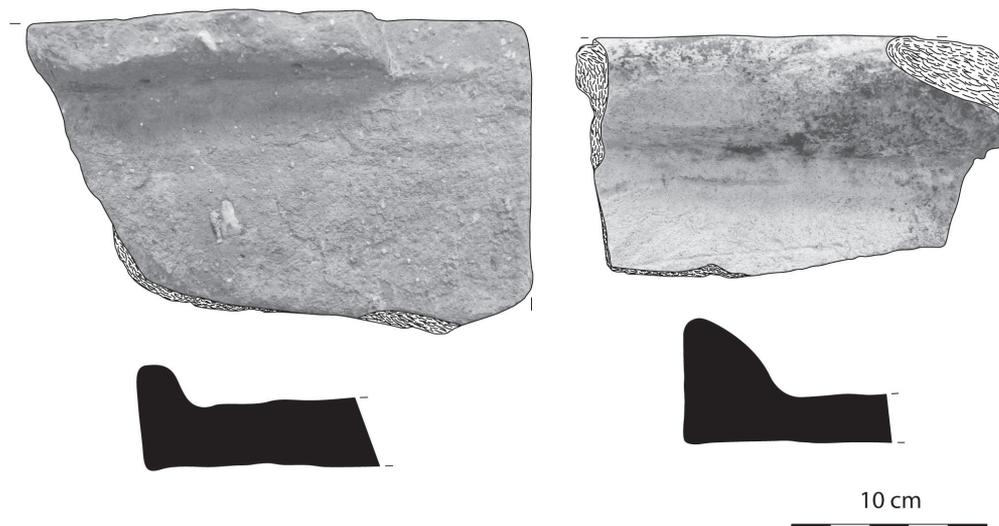


Fig. 10 – Fragmentos de tegulae.

4. Modelos explicativos e reflexões para o futuro

A divulgação deste sítio arqueológico reveste-se de grande importância, não só pelos materiais que se divulgam, em boa verdade comuns a todos os sítios romanos do Algarve, e não só, mas sim pelo ineditismo da provável tipologia da ocupação.

Creemos que a localização da área que foi alvo de prospeções foi já devidamente esclarecida. Sublinhe-se, ainda assim, a proximidade da área nuclear de concentração de materiais ao esteiro das Lezírias, braço do Rio Guadiana, que se estende até essa zona e que é contíguo ao sítio. O Enterreiro, contudo, além de estar imediatamente ao lado do esteiro das Lezírias, está também próximo, a cerca de 500 m, do cabeço onde se implantou o Forte de São Sebastião. Foi, aliás, a recuperação do edifício seiscentista, e a necessidade de acompanhamento arqueológico dos trabalhos, que proporcionou a identificação do sítio. A existência de abundantes materiais à superfície, na encosta que desce do forte até ao esteiro, deve também sublinhar-se.

Tão abundante concentração de materiais arqueológicos num local onde aparentemente não há quaisquer construções coevas não deverá ser fortuita e pode eventualmente delatar a existência de uma linha de constante passagem entre ambos os pontos, não sendo impossível pensar que se trate de um acesso por onde teriam passado abundantes, ou constantes, carregamentos de artefactos.

Mais difícil é, contudo, compreender a relação destes vestígios da encosta com o sítio que ora

se apresenta. Com todas as reservas que se impõem, e que derivam de estarmos perante materiais de prospeção, não parece impossível considerar a possibilidade de estarmos perante um embarcadouro, que teria servido as duas colinas onde se implantaram o forte seiscentista, mas também o castelo medieval.

A elevada presença de materiais variados e de boa qualidade numa zona despida de quaisquer construções, a sua recolha a uma cota muito próxima da 0, a grande maioria de materiais importados, a elevada conservação de alguns deles, curiosamente os mais frágeis, a localização do sítio, ladeado por um afluente do Guadiana, e a existência de materiais disseminados entre este sítio e o cabeço onde se instalou o Forte de São Sebastião obrigam, com efeito, a ponderar que aí possa ter existido alguma estrutura relacionada com o embarque e desembarque de produtos. Poderá não corresponder ao principal porto de *Baesuris*, mas os indícios apontam, de facto, para a existência de uma estrutura portuária, em local consideravelmente abrigado e igualmente próximo do principal núcleo habitacional: a área do Castelo.

Outra situação a ter em consideração neste contexto, e que seguramente contribui favoravelmente para a proposta avançada, relaciona-se com a evolução morfológica da linha de costa e com a variabilidade da cota do nível médio da água do mar. Cada vez mais os estudos hidrográficos sobre a Antiguidade dedicados a esta região (Pereira, 1990, 1992; Pereira & alii, 1994, 2006; Gomes, 2010) demonstram que, em época romana, o nível do mar estaria consideravelmente mais elevado

e, conseqüentemente, a linha de costa mais para o interior. E, assim sendo, a navegabilidade deste esteiro castro-marinense seria efetiva.

Admitimos que a proposta não está despida de riscos, até porque estes vestígios podem corresponder simplesmente a materiais descartados ou a alguma pequena embarcação que aí teria submergido. Ainda assim, os dados existentes fazem parecer verosímil esta explicação, num modelo aliás já documentado em outra parte da costa algarvia. Na *villa* romana do Cerro da Vila foi detetado, no ano de 2003, um embarcadouro contíguo à área habitacional (Teichner, 2005, p. 99, Fig. 13, processo IGESPAR S - 00014), onde se colocou a descoberto a estacaria que se destinava a suportar os estrados do cais. O referido cais acabou sepultado sob o sapal devido à descida do nível das águas, situação que parece apresentar semelhanças com o sítio do Enterreiro. Naturalmente que só futuras escavações no local poderão trazer mais dados para o estudo do sítio e confirmar, ou não, a hipótese aqui apresentada. Um último comentário é devido ao conjunto dos materiais, maioritariamente importados. A morfologia das peças analisadas oferece dados relativos ao momento em que estas acabaram no leito lamacento do esteiro das Lezírias (Fig. 11), parecendo evidente que três delas saem claramente das balizas temporais alto-imperiais. Referimo-nos, concretamente ao bordo de cerâmica de campaniense de tipo A e a duas das ânforas (a Tripolitana Antiga e a Castro Marim 1), além de alguns bojos de ânforas itálicas, materiais que se datam da Época Republicana. Não é improvável que a ocupação republicana detetada no forte (Arruda & Pereira, 2008) possa estar relacionada com a presença destes artefactos no Enterreiro. O certo é que a maioria dos materiais recolhidos no sítio remete claramente para uma cronologia que podemos balizar, grosso modo, na segunda metade do século I. É o caso das cerâmicas de paredes finas, algumas excepcionalmente bem conservadas, que pareciam estar *in situ* nos cortes das salinas, da *terra sigillata* e mesmo da cerâmica comum. Assim, parece plausível admitir que terá sido nesse momento que o fundeadouro terá funcionado.

Sabemos atualmente que o cabeço onde se implantou o forte militar foi ocupado durante o Período Romano-Republicano, como tivemos oportunidade de demonstrar em trabalho anterior (Arruda & Pereira, 2008, pp. 392–393), e a verdade é que a datação deste possível cais não

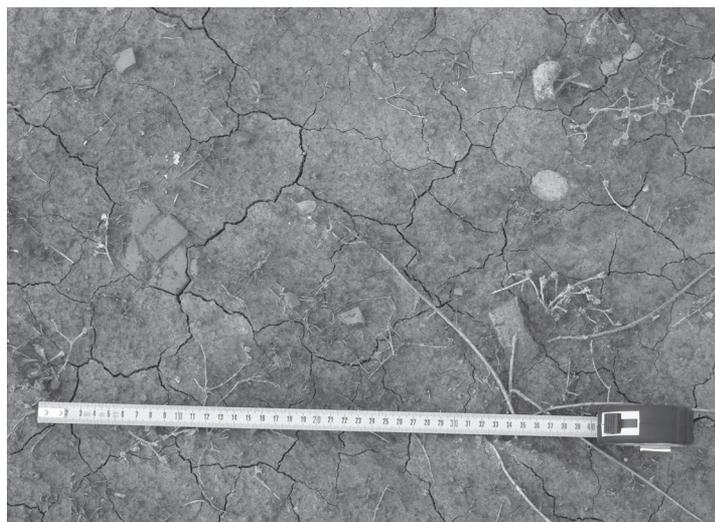


Fig. 11 – Pormenor da concentração de materiais à superfície do terreno entre as salinas do Enterreiro.

concorda com a cronologia da ocupação detetada no cabeço do edifício seiscentista.

Assim sendo, resta-nos relacionar os dados obtidos neste estudo com a ocupação romana do cabeço do Castelo de Castro Marim (Arruda & alii, 2006; Viegas, 2011), sendo a ligação entre os dois locais efetuada pelo lado este, contornando o forte.

A presença de *tegulae* romanas neste contexto é um dado importante e que pode ser discutido, até porque, aparentemente algumas teriam origem exógena. Não é este certamente o local para discutir a vasta e complexa problemática do descarte puro e simples da possibilidade de o Algarve ter produzido cerâmicas com pastas calcárias. Ainda assim, chamamos a atenção para o facto de não nos parecer que o debate sobre o tema esteja completamente encerrado. Contudo, não podemos deixar de recordar que os naufrágios onde se recolheram cerâmicas de construção abundam (Tchernia, 1969; Colls & alii, 1977; Solier & alii, 1981; Galili & alii, 2010; Long & alii, 2010), ainda que o seu significado nestes contextos não seja completamente claro, uma vez que pode interpretar-se quer no quadro da atividade comercial quer no da sua utilização como lastro.

Para concluir, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com o facto de a área ser frequentemente “visitada” por detetistas que deixam profundas marcas nos passadiços das salinas e, com maior visibilidade, nos cortes destas. Lamentamos a situação, que pode justificar a quase total ausência de espólio metálico, à exceção de dois fragmentos de pregos de cobre (Fig. 12).



Fig. 12 – Fragmento de prego romano de bronze, de secção quadrangular.

Bibliografia citada

- ALMEIDA, Rui; ARRUDA, Ana Margarida (2005) - As ânforas de tipo Mañá C em Portugal. In *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici (Marsala, 2000)*. Palermo: Università, pp. 1319–1329.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos Samuel (2008) - As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb. Silves*. 8:1, pp. 365–395.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos Samuel (2010) - Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romana-republicana. *Xelb. Silves*. 10, pp. 695–716.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2003) - Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, pp. 235–286.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2012) - Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL. Sevilla*. 21, pp. 93–133.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2005) - As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp. 279–297.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia; PEREIRA, Raul (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, pp. 153–176.
- BARGÃO, Patrícia (2006) - *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a Época Romana Republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre.
- BELTRÁN LLORIS, Miguel (1976) - *Arqueología e historia de las ciudades antiguas del Cabezo de Alcalá de Azaila (Teruel)*. Zaragoza: Librería General.
- BONSOR, George Edward (1931) - *An archaeological sketch-book of the Roman necropolis at Carmona*. Translated from the French by Clara I. Penney. *Hispanic Notes & Monographs*.
- COLLS, Dali; ÉTIENNE, Robert; LEQUÉMENT, Robert; LIOU, Bernard; MAYET, Françoise (1977) - L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude. *Archaeonautica*. Paris. 1, pp. 3–145.
- COMFORT, Howard (1939) - Some Roman barbotine bowls and their connections. *The Art Bulletin*. New York, NY. 21, pp. 272–279.
- FABIÃO, Carlos (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, Jordi H.; GRANADOS GARCÍA, Josep O. (1986) - Producción de paredes finas en Ebusus (Ibiza). In *Actes du Congrès de Toulouse (9–11 mai 1968)*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, pp. 51–56.
- GALILI, Ehud; ROSEN, Baruch; SHARVIT, Jacob (2010) - Artifact assemblages from two Roman shipwrecks off the Carmel coast. *'Atiqot*. Haifa. 63, pp. 61–110.
- GOMES, João (2010) - *Estuário da Ribeira de Bensafirim: leitura geo-arqueossismológica*. Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre.
- LAMBOGLIA, Nino (1952) - Per una classificazione preliminare della ceramica campana. In *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, pp. 139–206.
- LONG, Luc; VOLPE, Giuliano; TURCHIANO, Maria (2010) - Circulation des amphores et des céramiques italiennes sur le littoral gaulois méridional: le cas de l'épave d'époque républicaine La Ciotat 3. *Bollettino di Archeologia Online*. Roma. 1, pp. 42–66.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto; ESTARELLAS ORDINAS, Maria Magdalena (2002) - La céramique à parois fines d'Ibiza (I). In *Actes du Congrès de Bayeux*. Marseille: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, pp. 229–250.
- MAYET, Françoise (1975) - *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: De Boccard.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares (2002) - *L'atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MÍNGUEZ MORALES, José Antonio (1991) - *La cerámica romana de paredes finas*. Zaragoza: Universidad.

- MOREL, Jean-Paul (1981) - *Céramique campanienne: les formes*. Roma: École Française de Rome; Paris: De Boccard.
- NOLEN, Jeannette, ed. (1994) - *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia.
- PASCUAL BERLANGA, Guillermo; RIBERA I LACOMBA, Albert (2002) - Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del occidente Mediterráneo: un contenedor poco conocido de la época republicana. In RIVET, Lucien; SCIALLANO, Martine, eds. - *Vivre, produire, échanger: reflets méditerranéens. Mélanges offerts à Bernard Liou*. Montagnac: Monique Mergoil, pp. 303–315.
- PARREIRA, Jorge (2009) - *As ânforas romanas de mesas do Castelinho*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obter o grau de Mestre.
- PASSELAC, Michel (1993) - Céramique à parois fines. In *Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale. Provence, Languedoc, Ampurdan*. Lattes: Association pour le Développement de l'Archéologie en Languedoc-Roussillon (*Lattara*, 6), pp. 511–521.
- PEREIRA, Ana Ramos (1990) - *A plataforma litoral do Alentejo e Algarve ocidental. Estudo de Geomorfologia*. Dissertação, em Geografia Física, especialidade Geomorfologia, apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutora.
- PEREIRA, Ana Ramos (1992) - *A geomorfologia da margem continental portuguesa e a interdependência das plataformas continental e litoral: evolução do conhecimento e linhas de investigação*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- PEREIRA, Ana Ramos; DIAS, João Alveirinho; LARANJEIRA, Maria Manuela (1994) - Variações holocénicas da linha de costa na baía de Lagos. In *Contribuições para a geomorfologia e dinâmica litorais em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 75–90.
- PEREIRA, Ana Ramos; RAMOS, Catarina; NEVES, Mário (2006) - Dinâmica dos sistemas litorais: uma componente esquecida no ordenamento do território: o exemplo de Porto de Mós (Lagos). In *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*. III. Lisboa: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, pp. 237–244.
- PIMENTA, João (2005) - *As ânforas romanas do castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- PINTO, Inês Vaz (1999) - *A cerâmica comum de São Cucufate (Beja)*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Lusíada para obtenção do grau de Doutora.
- RAMON TORRES, Joan (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universidad.
- REINOSO DEL RÍO, María Cristina (2002) - Cerâmica de paredes finas de Mesas de Asta (Jerez de la Frontera, Cádiz): estudio de materiales, 1998–1999. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. 1999. Sevilla: Junta de Andalucía, pp. 88–102.
- REINOSO DEL RÍO, María Cristina (2003) - Cerâmica romana de paredes finas del museo provincial de Cádiz: estudio de materiales, 2000. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2000. Sevilla: Junta de Andalucía, pp. 97–110.
- REINOSO DEL RÍO, María Cristina (2004) - Cerâmica de paredes finas de *Baelo Claudia* (Tarifa, Cádiz): estudio de materiales, 1998. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1998. Sevilla: Junta de Andalucía, pp. 39–52.
- SOLIER, Yves; GUY, Max; LAVAGNE, François Georges; MORRISSON, Cécile; CHEVALIER, Yves; SABRIÉ, Maryse; SABRIÉ, Raymond; BOUSCARAS, André; DEPEYROT, Georges; MARICHAL, Rémy (1981) - Les épaves de Gruissan. *Archaeonautica*. Paris. 3, pp. 7–264.
- SOUSA, Elisa; SERRA, Miguel (2006) - Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção de Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves. 6, pp. 5–20.
- TCHERNIA, André (1969) - Recherches archéologiques sous-marines. *Gallia*. Aix-en-Provence. 27:2, pp. 465–499.
- TEICHNER, Felix (2005) - Cerro da Vila - aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia. *Xelb*. Silves. 5, pp. 85–100.
- VIEGAS, Catarina (2003) - *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém: economia, comércio e cerâmica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VIEGAS, Catarina (2006) - *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal.
- VIEGAS, Catarina (2011) - *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.
- VIEGAS, Catarina (2012) - A cerâmica cinzenta grosseira do Algarve. In BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert, eds. - *Cerâmicas hispanorromanas II: producciones regionales*. Cádiz: Universidad, pp. 681–697.